

RESUMO

DA REUNIÃO COM O GOVERNO

07 DE DEZEMBRO DE 2018

Presentes pelo Governo: SEAEP e SEO

Presentes pela Frente Comum: Ana Avoila(FNSTFPS), Cristina Torres(STAL), Vitor Reis(STML)
Dulce Pinheiro(Professores) e Guadalupe Simões(SEP)

Ordem de Trabalhos:

- 1-Política de admissões na Administração Pública e formação profissional;
- 2-Negociação de projectos de diplomas;
- 3-Outros assuntos.

A Frente Comum começou por assinalar que na sua perspectiva, o assunto mais importante a tratar nesta reunião é o dos salários para 2019, que não está reflectido na Ordem de Trabalhos.

A SEAEP respondeu que esse assunto será tratado nesta reunião, logo que o SEO esteja presente(não estava no início da reunião).

O governo entregou à Frente Comum, um novo pacote de projectos de diplomas legais: versão final do projecto de revisão das carreiras de fiscalização; alteração pontual à LTFP; regularização da situação dos trabalhadores da Administração Pública que exerceram funções em Timor-Leste; determinação da prestação pecuniária a atribuir na situação de pré-reforma.

Ponto 1 e Ponto 2

Quanto aos dois projectos de diplomas legais, enviados pelo governo, um dia antes, para negociação nesta reunião, foi transmitido pela Frente Comum que a sua negociação nesta reunião estava inviabilizada, tendo em conta a falta de tempo para o fazer. Para além de também nesta matéria não estarem a ser respeitados os princípios legais da negociação colectiva.

RESUMO **DA REUNIÃO COM O GOVERNO**

07 DE DEZEMBRO DE 2018

A SEAEP, informou que ainda assim, seriam apresentados os projectos nesta reunião, podendo já ficar um novo encontro para negociação, no próximo dia 11/12, de manhã.

Relativamente ao primeiro projecto – o do SIOE – a SEAEP informou que o mesmo já tem o parecer favorável da Comissão Nacional de Protecção de Dados e do Conselho Superior de Estatística.

De acordo com a SEAEP, o projecto garante a sigilosidade dos dados, nomeadamente não podendo ser os mesmos rastreados.

Relativamente ao segundo projecto, a SEAEP disse que o mesmo visa agilizar os procedimentos concursais, para além de fazer corresponder a regulamentação ali prevista, à LTFP.

Informou, ainda, que o governo pretende entregar em breve para negociação, um projecto de portaria para a capacitação para o exercício de funções na AP, onde estará incluída a formação específica avançada de ingresso de técnicos superiores. O modelo do curso CAAP será definitivamente afastado, como forma de ingresso directo na AP. O futuro curso será feito, após o procedimento concursal de ingresso, a expensas da entidade empregadora.

A Frente Comum defendeu que todos e quaisquer projectos que o governo já entregou ou venha a entregar, tendo em conta os assuntos que versam, não poderão deixar de ser discutidos no âmbito da negociação da PRC.

A SEAEP propôs que fosse concretizada uma segunda reunião nos próximos dias, tendo ficado perspectivado o dia 17/12, para discutir a PRC e o pacote de diplomas entregues nesta reunião.

Ponto 3

O governo propôs, com base nos 50 milhões de euros que alegadamente têm de reserva para aumentos salariais, que a remuneração mínima na AP passe a ser de €635,00, beneficiando do aumento, todos os trabalhadores que actualmente ganham €580,00 ou mais até ao valor agora apresentado.

RESUMO

DA REUNIÃO COM O GOVERNO

07 DE DEZEMBRO DE 2018

A Frente Comum comunicou ao governo que a proposta apresentada é inaceitável porque, novamente, não haverá um aumento generalizado dos salários dos trabalhadores da AP. O governo tem condições de apresentar outra proposta porque na realidade tem uma maior disponibilidade orçamental do que aquela que anuncia.

De acordo com o SEO, irão ser abrangidos pelo aumento, cerca de 70 mil trabalhadores.

A FC transmitiu que face a esta proposta do governo, caso se não verifique uma evolução positiva, as estruturas sindicais adoptarão as adequadas formas de luta pelos aumentos dos salários.

No final da reunião, foram colocadas as seguintes questões à SEAEP:

- Leitores das Universidades – a SEAEP disse que iria ver porque não está este assunto ainda resolvido;
- Carreiras de inspecção – a SEAEP informou que passado o processo do OE, as negociações irão continuar;
- Descongelamento das posições remuneratórias da carreira de enfermeiro.

FCSAP